

Esforço para cumprir pauta

EUGÊNIA LOPES*

BRASÍLIA – O governo tentará aprovar até amanhã na Câmara dos Deputados, em primeiro turno, as propostas de emenda constitucional da Desvinculação de Recursos da União (DRU), novo nome do o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), e da reforma do Judiciário. O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), enviou telegrama aos deputados, avisando que quem faltar às sessões desta última semana antes do recesso de fim de ano sofrerá desconto de salário. Apesar da mobilização, há risco de não se aprovar a desvinculação de recursos, por falta de quórum.

“Só vamos votar a DRU com quórum alto. Precisamos ter a

presença entre 480 e 490 deputados”, afirmou o líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP). A emenda deveria ter sido votada na semana passada, mas não houve quórum. A Câmara registrou a presença em plenário de apenas 432 dos 513 deputados.

Emendas – “Não havia deputados na semana passada e acho difícil a situação mudar esta semana”, disse o deputado Roberto Brant (PFL-MG). Além do desconto no salário, o governo conta com um trunfo para garantir o quórum: o compromisso de liberar R\$ 500 milhões referentes às emendas dos parlamentares ao Orçamento deste ano.

Apesar do esforço concentrado a ser feito antes do recesso, a

maioria dos projetos e emendas constitucionais de interesse do governo só será votada durante a convocação extraordinária do Congresso, de 11 de janeiro a 14 de fevereiro. Mesmo que a emenda da DRU seja aprovada até amanhã, será necessário um segundo turno de votação na Câmara, o que só deve ocorrer em janeiro.

A DRU é essencial para o governo, porque permite a desvinculação de 20% das receitas do orçamento da União para 2000, o que equivale a R\$ 40 bilhões. Quanto à reforma do Judiciário, a idéia é votar esta semana o substitutivo da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) e deixar os destaques e emendas para a convocação extraordinária.

* Colaborou Fernanda Melazo, da Agência JB